

STJ00096650

MARCELLUS POLASTRI LIMA

*Doutor e Mestre em Direito – Ciências Penais – pela UFMG  
Professor-Doutor (Adjunto) da UFES (Graduação e Mestrado)*

*Procurador de Justiça-RJ*

*Pesquisador em Processo Penal Comparado no Departamento  
de Direito Penal, Estrangeiro e Internacional da Universidade  
de Göttingen (Alemanha)*

*Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual*

# CURSO DE PROCESSO PENAL

7ª edição

*Já na forma das Leis 12.694 de 24 de julho de 2012 e 12.654 de 28 de maio de 2012  
(em vigor a partir de 29.11.2012).*

EDITORA LUMEN JURIS  
Rio de Janeiro  
2013

Copyright © 2013 by Marcellus Polastri Lima

Categoria: Processo Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L696c  
7.ed.

Lima, Marcellus Polastri

Curso de processo penal / Marcellus Polastri Lima. - 7.ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2013.  
1154p. : 24 cm

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-85-375-2213-4

1. Processo penal - Brasil. I. Título.

12-0175.  
10.01.12 11.01.12

CDU: 343.1(81)  
032514

973410

# Sumário

<b>Apresentação à 7<sup>o</sup> edição .....</b>	<b>xvii</b>
<b>Capítulo I - O Processo Penal .....</b>	<b>1</b>
1. Processo Penal. Conceito. Processo e Procedimento. Objeto .....	1
2. Teorias do Processo. A Relação Processual Penal. Natureza Jurídica e Finalidade do Processo Penal .....	14
3. Sistemas Processuais. Princípios Processuais e Garantias Processuais Penais .....	19
4. O Direito Processual Penal. Relações com outras Disciplinas e Ciências Auxiliares. As Fontes do Direito Processual Penal .....	48
4.1. Fonte de Produção .....	49
4.2. Fontes Formais .....	51
5. Interpretação da Lei Processual Penal .....	55
6. A Lei Processual no Tempo .....	60
7. A Lei Processual no Espaço .....	64
<b>Capítulo II - A Investigação Penal .....</b>	<b>67</b>
1. Persecução Penal. Duplicidade. Fase Investigatória .....	67
2. O Inquérito Policial. Natureza. Finalidade. Não Exclusividade .....	69
2.1. A Investigação Própria por Parte do Ministério Público .....	73
2.2. Validade Probatória dos Atos do Inquérito. Vícios do Inquérito .....	81
3. Características do Inquérito. Obrigatoriedade. Indisponibilidade. Discricionariedade na Condução do Inquérito. Sigilo .....	83
3.1. A Lei dos Juizados Especiais Criminais (Procedimento Sumaríssimo). O Termo Circunstanciado .....	91
4. Formas de Instauração do Inquérito Policial. O Procedimento do Inquérito Policial. 4.1. Instauração em Caso de Ação Penal Pública Incondicionada .....	95
4.2. Instauração em Caso de Ação Penal Pública Condicionada .....	98
4.3. Instauração em Caso de Ação Penal Privada .....	100
4.4. O Flagrante Delito como Forma de Instauração de Inquérito .....	103
5. Procedimento do Inquérito. O Indiciamento. O Indiciado Menor. Incomunicabilidade. Prazo. Encerramento .....	103
6. O Controle Externo pelo Ministério Público. A Devolução para Novas Diligências. 7. Controle de Legalidade. O Juiz Garantidor .....	112
7. Controle de Legalidade. O Juiz Garantidor .....	119
8. Investigação em casos de prerrogativa de função .....	120
<b>Capítulo III - O Arquivamento .....</b>	<b>123</b>
1. Arquivamento. Artigo 28 do CPP .....	123

2. A Promoção de Arquivamento .....	127
3. Razões que Autorizam o Arquivamento.....	128
4. Efeitos do Arquivamento. O art. 18 do CPP. O Desarquivamento.....	139
4.1. O Chamado “Arquivamento Implícito” .....	146
4.2. O chamado Arquivamento Indireto .....	149
5. A Revisão do Arquivamento pelo Procurador-Geral de Justiça .....	150
5.1. Arquivamento pelo Procurador-Geral de Justiça em Feitos de sua Atribuição Originária .....	152
<b>Capítulo IV - A Ação Penal .....</b>	<b>157</b>
1. A Persecução Penal. Fase Processual.....	157
2. Ação. Ação Penal. Conceito. A Pretensão Punitiva.....	158
3. As Condições para o Exercício da Ação Penal.....	163
3.1. A Possibilidade Jurídica do Pedido.....	165
3.2. Legitimidade para Agir ( <i>Legitimatío ad Causam e ad Processum</i> ) .....	167
3.3. Interesse de Agir .....	169
3.4. A Justa Causa .....	171
4. Condições de Procedibilidade e Pressupostos Processuais .....	176
5. A Ação Penal. Espécies. Ação Penal Condenatória e suas Formas.....	184
6. A Ação Penal Pública.....	185
6.1. Ação Penal Pública Incondicionada .....	189
6.2. Ação Penal Pública Condicionada.....	191
6.3. A Peça Inicial da Ação Penal Pública. A Denúncia. Conceito. Forma. Requisitos e Conteúdo.....	207
6.4. Requisitos da Denúncia. Requisitos Essenciais e Não Essenciais .....	211
6.4.1. A Qualificação do Acusado.....	212
6.4.2. Exposição do Fato Criminoso .....	214
6.4.3. Classificação do Crime.....	215
6.4.4. Rol de Testemunhas.....	216
6.4.5. Prazo de Oferecimento da Denúncia.....	217
6.4.6. Admissibilidade e Vícios da Denúncia .....	219
6.5. O Aditamento à Denúncia. Conceito. Admissibilidade e Legitimidade .....	225
6.5.1. Aditamento Espontâneo.....	230
6.5.2. Aditamento Provocado.....	240
6.5.3. Recebimento e Rejeição do Aditamento.....	242
7. Ação Penal Privada .....	245
7.1. Ação Penal Privada Exclusiva.....	246
7.2. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	255
7.2.1. A Peça Inicial da Ação Penal Privada. A Queixa-Crime .....	258
7.2.2. Aditamento à Queixa-Crime.....	259
<b>Capítulo V - Ação Civil Ex Delicto.....</b>	<b>263</b>
1. A Satisfação do Dano Proveniente da Infração Penal .....	263
2. Sistemas Processuais de Reparação do Dano. A Multa Reparatória do CTB.....	265
3. A Execução da Sentença Penal no Juízo Cível .....	267

4. A Ação Civil Independente .....	278
5. Efeitos da Sentença Absolutória Penal.....	279
<b>Capítulo VI - Jurisdição e Competência .....</b>	<b>285</b>
1. A Jurisdição Penal.....	285
2. A Competência.....	292
2.1. A Competência pelo Local da Infração ( <i>Ratione Loci</i> ) .....	295
2.2. Competência Fixada pelo Domicílio ou Residência do Réu ( <i>Forum Domicilii</i> ) .	299
2.3. Competência pela Natureza da Infração. As Justiças Especiais.....	300
2.4. Competência por Distribuição .....	303
2.5. Competência por Prevenção.....	303
2.6. Competência por Prerrogativa de Função ( <i>Ratione Personae</i> ) .....	305
2.7. A Competência da Justiça Federal.....	313
2.8. A Conexão e a Continência.....	315
2.9. Disposições Especiais do CPP .....	325
2.10. Competência Relativa e Competência Absoluta .....	326
2.11. A Atribuição .....	328
<b>Capítulo VII - Questões e Processos Incidentes .....</b>	<b>333</b>
1. Breve Introdução .....	333
2. Das Questões Prejudiciais.....	333
3. Das Questões Prejudiciais Heterogêneas. Sistemas de Solução. O Sistema do CPP ..	335
3.1. A Prejudicialidade Obrigatória do Art. 92 do CPP .....	337
3.2. A Prejudicialidade Facultativa do Art. 93 do CPP.....	340
4. Dos Processos Incidentes.....	344
5. As Exceções .....	344
5.1. Suspeição. Impedimento. Incompatibilidade .....	346
5.2. Incompetência.....	354
5.3. Litispendência .....	355
5.4. Coisa Julgada .....	357
6. Ilegitimidade de Parte.....	359
7. Conflito de Jurisdição .....	361
7.1. O Conflito de Atribuições.....	362
8. O Incidente de Falsidade.....	370
9. O Incidente de Insanidade Mental .....	373
<b>Capítulo VIII - Da Prova.....</b>	<b>377</b>
1. Prova Penal e Sistema Acusatório. Conceito de Prova Penal .....	377
2. Objeto, Sujeito e Meio de Prova .....	386
3. Ônus da Prova .....	391
4. Classificação das Provas .....	401
5. Os Princípios da Prova .....	406
5.1. O Princípio da Auto-Responsabilidade das Partes.....	406
5.2. O Princípio da Aquisição ou Comunhão da Prova.....	407
5.3. O Princípio da Audiência Contraditória.....	407
5.4. O Princípio da Oralidade (consequência: identidade física do juiz) .....	407

5.5. O Princípio da Concentração (igualmente: identidade física do juiz por consequência) .....	409
5.6. O Princípio da Publicidade .....	410
5.7. O Princípio do Livre Convencimento Motivado.....	411
6. Meios de Aquisição da Prova. Limites ao Direito à Prova .....	412
7. A Prova Vedada. Prova Ilícita e Ilegítima .....	416
8. Sistemas de Avaliação da Prova pelo Juiz.....	452
9. Da Prova Pericial .....	455
10. O Interrogatório .....	471
11. A Confissão. A Chamada de Co-Réu .....	490
12. Declarações do Ofendido .....	496
13. Testemunhas .....	499
14. Do Reconhecimento de Pessoas e Coisas .....	520
15. Da Acareação .....	523
16. Os Documentos .....	525
17. Os Indícios.....	529
18. A Busca e Apreensão.....	534
<b>Capítulo IX - Dos Sujeitos Processuais .....</b>	<b>535</b>
1. O Juiz .....	536
2. O Ministério Público .....	538
3. O Acusado e seu Defensor .....	542
4. O Assistente .....	547
5. Auxiliares da Justiça .....	555
<b>Capítulo X - Cautelares no Processo Penal.....</b>	<b>557</b>
1. As Medidas Cautelares no Processo Penal .....	557
2. Cautelares Típicas e Poder Geral de Cautela no Processo Penal .....	565
2.1. As Cautelares Típicas .....	565
2.2. Poder Geral de Cautela no Processo Penal .....	568
3. Medidas Cautelares Relativas à Prova .....	576
3.1. A Busca e Apreensão .....	577
3.2. A produção antecipada de Prova Testemunhal Cautelar. Outras Hipóteses Esparsas .....	589
4. Medidas Cautelares Reais.....	595
4.1. Restituição de Coisas Apreendidas .....	596
4.2. As Chamadas Medidas Assecuratórias .....	602
4.2.1. O Seqüestro .....	603
4.2.2. O Arresto.....	610
4.2.3. A Especialização de Hipoteca legal .....	615
5. Medidas Cautelares Pessoais. A Prisão Cautelar.....	620
5.1. A Prisão em Flagrante.....	634
5.2. A Prisão Temporária.....	649
5.3. A Prisão Preventiva.....	657
5.3.1. A prisão preventiva decretada ou mantida em face da decisão de pronúncia..	676

5.3.2. A Prisão Preventiva decretada ou mantida em caso de Sentença Condenatória Recorrível. ....	680
5.4. A Revogada Prisão cautelar para fins Administrativos.....	689
6. As novas Medidas Cautelares trazidas pela Lei 12.403/2011.....	691
6.1. A Prisão domiciliar. ....	693
6.2. As demais medidas substitutivas da prisão.....	694
6.2.1. Comparecimento periódico ao juízo. ....	694
6.2.2. Proibição de acesso ou frequência a locais. ....	695
6.2.3. Proibição de acesso ou frequência a locais. ....	695
6.2.4. Proibição de contato com pessoa.....	696
6.2.5. Proibição de ausentar-se da Comarca.....	696
6.2.6. Recolhimento domiciliar.....	697
6.2.7. A suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica e financeira. ....	697
6.2.8. Internação provisória de imputável ou semi-imputável. ....	698
6.2.9. Fiança para assegurar comparecimento do imputado a atos processuais e quando resultar perigo ao processo.....	700
6.2.10. O monitoramento eletrônico.....	702
6.2.11. Proibição de ausentar-se do país.....	702
7. A Liberdade Provisória (Contracautelas).....	703
7.1. Relaxamento de prisão e liberdade provisória. Diferenciação. ....	704
7.2. Liberdade sem fiança. Liberdade sem Vínculo e com Vínculo. Hipóteses de Liberdade Provisória.....	709
7.2.1. O antigo, e agora revogado, “Livrar-se Solto”. A nova solução.....	709
7.2.2. O Art. 310 do CPP e seu Parágrafo Único.....	714
7.2.3. Outras hipóteses de liberdade provisória. ....	728
7.3. Liberdade Provisória com Fiança.....	729
7.4. Outras questões: As modificações ocorridas e a Lei no tempo. A detração Penal. Existe o contraditório na apreciação da medida cautelar? .....	738
<b>Capítulo XI - Os Atos de Comunicação Processual.....</b>	<b>743</b>
1. Atos Processuais. Atos de Comunicação.....	743
2. Atos de Comunicação Processual.....	744
2.1. A Citação .....	745
2.2. A Suspensão do Processo do Réu Ausente .....	752
2.2.1. A Lei e o Direito Intertemporal.....	752
2.2.2. O Alcance da Norma.....	756
2.2.3. O Recurso Cabível.....	758
2.2.4. As Medidas Cautelares em consequência da suspensão do processo.....	760
2.3. Notificações e Intimações .....	766
<b>Capítulo XII - Os Procedimentos do Código de Processo Penal .....</b>	<b>769</b>
1. Processo e Procedimento .....	769
2. Classificação dos Procedimentos .....	771
3. Recebimento da inicial, a defesa prévia e o julgamento antecipado.....	775
4. Dos Procedimentos Comuns .....	791

4.1. Procedimento Ordinário .....	792
4.2. Do Procedimento Sumário.....	804
4.3. Do Procedimento Sumaríssimo. Os Juizados Especiais Criminais .....	810
4.3.1. A Conciliação ou acordo civil .....	825
4.3.2. A transação penal .....	829
4.3.3. O sursis processual (suspensão condicional do processo) .....	837
4.3.4. A Representação para o delito de lesões corporais.....	846
4.4. O Procedimento nos Juizados Especiais Criminais. ....	851
5. O Procedimento do Júri .....	866
5.1. Júri. Origem. Histórico. Previsão e Princípios Constitucionais .....	866
5.1.1. Procedimento do Júri. Rito Bifásico ou escalonado.....	871
5.1.2. A fase do <i>iudicium accusationis</i> .....	872
5.1.3. As decisões intermediárias: pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação. ....	882
5.1.4. A fase do <i>iudicium causae</i> ou do plenário.....	898
6. Os Procedimentos Especiais .....	936
6.1. O procedimento dos crimes falimentares.....	937
6.2. O procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos .....	947
6.3. O procedimento dos crimes contra a honra.....	949
6.4. O Procedimento dos Crimes Contra a Propriedade Imaterial .....	953
6.5. Procedimentos de Competência Originária dos Tribunais.....	955
<b>Capítulo XIII - As Decisões no Processo Penal. A Sentença .....</b>	<b>963</b>
1. Espécies de decisões.....	963
2. A sentença. Classificações. Requisitos formais .....	965
3. Correlação entre sentença e imputação .....	967
4. A sentença condenatória.....	985
5. A sentença absolutória .....	988
6. A intimação da sentença .....	993
7. A coisa julgada no processo penal .....	996
<b>Capítulo XIV - A Nulidade.....</b>	<b>999</b>
1. Vícios dos Atos Processuais. Inexistência, Nulidade e Irregularidade. Distinção. Efeitos .....	999
2. Nulidade. Conceito. Identificação. Princípios.....	1005
3. Nulidade Absoluta e Relativa. Decretação da Nulidade .....	1008
4. Rol Legal de Nulidades e Momento de sua Alegação .....	1012
5. Conseqüências e Extensão da Decretação da Nulidade .....	1036
6. Aproveitamento do Vício Processual .....	1037
7. Regras Especiais do CPP Relativas à Nulidade .....	1038
<b>Capítulo XV - Os Recursos no Processo Penal .....</b>	<b>1043</b>
1. A Teoria Geral dos Recursos .....	1043
1.1. Origem, conceito e caracteres .....	1043
1.2. Pressupostos Recursais. Condições de Admissibilidade.....	1045
1.3. Princípios dos Recursos .....	1051
1.4. Classificações dos Recursos.....	1052



1.5. Efeitos dos Recursos .....	1052
2. Os Recursos em espécie.....	1053
2.1. Recurso em sentido estrito.....	1053
2.2. Apelação .....	1061
2.3. Embargos de declaração .....	1074
2.4. Embargos Infringentes ou de nulidade.....	1075
2.5. Carta Testemunhável .....	1075
2.6. A Questão da Revogação do Protesto por Novo Júri .....	1076
2.7. Correição Parcial ou Reclamação Ordinária.....	1079
3. Recursos para Tribunais Superiores.....	1080
3.1. Recurso Ordinário.....	1080
3.2. Recurso Extraordinário e Recurso Especial, Requisitos Gerais .....	1081
3.2.1. Pressupostos específicos para o Recurso Extraordinário. Hipóteses de Cabimento.....	1085
3.2.1.1. A Repercussão Geral (“filtro recursal”) e aplicável no para o processo penal?.....	1087
3.2.2. Pressupostos específicos para o Recurso especial. Hipóteses de Cabimento..	1089
3.2.3. Procedimento dos Recursos Extraordinário e Especial.....	1092
3.3. Embargos de divergência.....	1094
<b>Capítulo XVI - Os Recursos nos Juizados Especiais Criminais.....</b>	<b>1095</b>
<b>Capítulo XVII - Ações de Impugnação.....</b>	<b>1103</b>
1. <i>Habeas Corpus</i> .....	1104
2. A revisão criminal.....	1112
<b>Capítulo XVIII - A Reclamação Constitucional.....</b>	<b>1119</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>1123</b>